

REQUERIMENTO Nº , 2015 CPI DO FUTEBOL

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação, por 180 (cento e oitenta) dias, dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 616, de 2015, destinada a *“investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e O Comitê Local da Copa do Mundo FIFA Brasil (COL), em especial, quanto a possíveis irregularidades em contratos feitos para a realização de partidas da seleção brasileira e de campeonatos organizados pela CBF, assim como para a realização da Copa da Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 (CPI DO FUTEBOL 2015), ampliando-se, ainda, para duzentos mil reais o limite de despesa inicialmente fixado em cem mil reais.*

JUSTIFICAÇÃO

O Requerimento de criação da CPI DO FUTEBOL foi apresentado ao Plenário do Senado Federal no dia 27 de maio de 2015, quando ocorreram, na Suíça, a pedido da Justiça dos Estados Unidos da América, as prisões de dirigentes internacionais de futebol, entre eles o ex-Presidente da CBF José Maria Marin.

Todavia, foram necessários quase dois meses para que a CPI fosse efetivamente instalada, sendo que a primeira reunião ocorreu no dia 14 de julho, às vésperas do recesso parlamentar. Desse modo, e com o encerramento da sessão legislativa anual no dia 22 de dezembro próximo, o período de atividades foi encurtado para menos de cinco meses (contra a proposta inicial, que totalizava seis meses completos).

Além disso, a Comissão tem aprovado requerimentos de quebra de sigilo fiscal, bancário, telefônico e telemático de investigados, bem como

outras requisições junto a órgãos públicos, cujo atendimento nem sempre ocorre no prazo legal, o que retarda o andamento do inquérito.

A aprovação de nada menos do que vinte e três requerimentos na reunião do dia 11 de novembro, a maior parte deles envolvendo novas quebras de sigilos é uma sinalização óbvia de que a CPI optou por aprofundar as investigações. Entretanto, para solicitar, receber e analisar os documentos e as informações solicitadas nesses requerimentos o tempo de um mês – o que resta do prazo da CPI – é obviamente insuficiente.

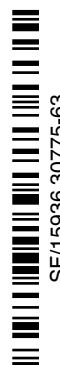
Por outro lado, esta CPI tem trabalhado cuidadosamente, primeiro colhendo informações e documentos, para somente após essa etapa tomar os depoimentos das pessoas investigadas. Em outros termos, sequer se chegou à fase de chamar investigados como o Presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, conforme proposto no Plano de Trabalho do Relator, Senador Romero Jucá.

Com esses argumentos, pode-se facilmente constatar que a CPI está numa fase de coleta de provas e indícios, longe portanto da etapa final. Sendo assim, urge a prorrogação dos trabalhos, para o primeiro semestre de 2016, a fim de que os propósitos e objetivos da Comissão sejam efetivamente alcançados.

Sala das Reuniões,

SENADOR ROMÁRIO
(PSB – RJ)
Presidente da CPI do Futebol

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES
(REDE – AP)



SF/15936.30775-63

[illegible]

SF/15936.30775-63

[illegible]

SF/15936.30775-63